

Apresentação

Major Jefferson Menezes Ismail

Chefe da Seção de Pesquisa

Apresentamos o novo número da revista *Ciência & Polícia* ao público leitor. Os artigos ressaltam a importância da pesquisa atenta, do olhar perscrutador, da busca incessante pela informação precisa e segura.

O leitor confere, na presente edição, temas cada vez mais presentes nas análises de Gestão em Segurança Pública, em ordem geral, sob escrutínio de pesquisas que visam corroborar medidas acuradas de gestão e de entendimento da “coisa pública”.

No primeiro artigo, a motivação da pesquisa é a “evolução do *modus operandi* do crime organizado no Brasil”. A polícia, de modo geral, especialmente no Brasil, vê-se, às vezes, atingida por medidas circunstanciais, nem sempre efetivas, que comprometem ações futuras e a imagem da Corporação, como um todo. Prever, neste caso, é a palavra. Como, portanto, as polícias podem agir, em vista de crimes organizados cada vez mais poderosos, enraizados em técnicas modernas de atuação? Como as polícias podem se atualizar? São respostas para essas perguntas que o artigo busca responder.

No segundo artigo, a pesquisa procura desenhar um espaço no qual a *compliance* seja pensada no seio da Polícia, revestindo-se, neste caso, de medidas justas que contribuam para a compreensão de melhores ferramentas de gestão acarretando maior bem-estar de seus integrantes. A pesquisa investe na percepção de gestores da PMDF, inquirindo boa parte desse público a respeito de medidas na governança pública, e em que medida essa percepção alcança importantes documentos da Polícia, como, por exemplo, o Plano Estratégico (2011-2022).

O terceiro artigo investiga assunto sensível em todas as polícias e envolve ampla gama de responsabilidades dos gestores em vista de cidadãos que ingressam nelas: a vida pregressa dos interessados (e futuros integrantes das polícias). Essa pesquisa observou, acuradamente, como os candidatos, cada vez mais crescentemente, mostram-se contraindicados após os certames, em vista de sua vida pregressa. Por isso, foi preciso um olhar que conseguisse entender a intrincada legislação que envolve o tema.

No quarto artigo, estuda-se a legitimidade de um Oficial encarregado de Inquérito Policial Militar “requisitar o Relatório de Inteligência Financeira (RIF) diretamente ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras”. O nexo da pergunta da pesquisa visa a garantir, neste caso bastante específico, apoio legal para se explicitar corretamente, em

investigados, ações que envolvem transações financeiras, especialmente conhecidas como “lavagem de dinheiro”. O artigo investiga como o Oficial, que procurará lisura no processo por ele presidido, não incorrerá em ilegalidade, uma vez que tal demanda não abrange sua competência.

No quinto artigo, o texto visa a organizar uma vasta gama de literatura que lida com a autogestão de agressividade no meio policial. O autor identifica, por meio da leitura dessa literatura técnica, que policiais podem acessar, via instituição, capacidades autorregulatórias, de modo a compreender e, por meio dessa compreensão, prevenir comportamentos, ou mesmo rever hábitos.

Por fim, o artigo final estuda as atividades de inteligência e as possíveis interferências, positivas ou negativas, nos processos decisórios das polícias. Por isso, entende o Ciclo de Produção de Conhecimento como ligado ao conceito de Análise de Vínculos.

Como se vê, são temas relevantes e atuais que, em alguns casos, requerem medidas e conhecimentos importantes, apesar de nem sempre ser acessíveis, tampouco pacificados nas legislações contemporâneas. Não perca a chance de conhecê-los.

Boa leitura.